



# BOLETIM DE GREVE

Terça-feira, 28 de abril de 2026

## Calendário de Greve

### 28/04 | terça-feira

**8h e 14h:** Regionais de Greve.  
**17h30, no Sind-REDE:** Comando de Greve.

### 29/04 | quarta-feira

**14h, na Porta da SMED:** Manifestação por negociação, já! Entrega de solicitação de investigação no MP e TC sobre contratações irregulares, ausência de transparência do quadro de vagas de professores nas escolas e falta de verbas nas escolas.

### 30/04 | quinta-feira

**8h e 14h:** Regionais de Greve.

### 01/05 | sexta-feira

**9h, Praça Raul Soares:** Participação do Ato Unificado 1º de maio - Classista, Internacionalista e Independente.

### 02 e 03/05 | sábado e domingo

Carros de som nas comunidades/panfletagens nas regionais (panfletagem onde os grupos das escolas organizarem e na Feira da Avenida Afonso Pena).

### 04/05 | segunda-feira

**13h, Câmara Municipal de BH:** Ato e Mutirão na Câmara em busca de assinaturas para CPI Educação.

### 05/05 | terça-feira

**14h, Praça da Estação:** Assembleia de Greve dos Trabalhadores em Educação Concursados.

## Informes

### Motivos para a Greve

#### Falta de Negociação

Em 2026 as negociações, em especial com a secretaria de educação, estão travadas. Tivemos reuniões no início do ano com a secretaria de educação sobre a situação da transição dos terceirizados e duas reuniões na secretaria do planejamento com representantes da secretaria de planejamento e educação, nas duas últimas sem a presença de secretários da pasta. As duas reuniões trataram de temas específicos: falta de professores e pagamento de férias prêmio.

Falta de professores - depois de muitas idas e vindas e informações contraditórias ficou acertado que foi

feita a nomeação de 152 professores e encaminhado mais 250 que deve ser publicado essa semana. No entanto, o quadro de vagas não foi apresentado. E foi prorrogado o concurso que venceria em junho/2026.

Férias prêmio - De acordo com o relatório da secretaria de planejamento, em 2025 foram gastos 55 milhões em pagamento de férias prêmio. Ainda em acordo com as informações da secretaria para zerar a fila dos pedidos processados até junho de 2025, seriam necessários 30 milhões. No entanto, hoje tem 4.781 processos já na fila do pagamento no montante de R\$120 milhões + 624 processos em análise de pagamento totalizando R\$16 milhões. No ofício foi informado que em março foram destinados R\$5 milhões para o pagamento de férias-prêmio. A proposta da Secretaria de Planejamento para resolver, em parte, o problema é separar a fila regular da fila de prioridades. Dessa forma a fila regular não ficaria paralisada.

Foi agendada para o dia 30/04 - reunião com a SUGESP para tratar a pauta de aposentados.

A pauta específica da educação, que não trata de questões econômicas, a representante da SMED disse que marcaria reunião específica.

A pauta econômica manteve a posição de só negociar na segunda quinzena de maio.

Como fica claro, embora tenham tido duas reuniões e tenha tido, diante da nossa pressão, um avanço na nomeação de professores, não está nem de longe caracterizada negociações, pelo contrário. E enquanto isso a SMED solta portarias e ofícios implementando alteração na organização da grade curricular e dos tempos, avaliações externas e diagnósticas excessivas, que não se relacionam e que não são adequadas à idade dos estudantes, aumentando o quantitativo de trabalho, não contribuem para o processo educativo dos estudantes, numa concepção de educação avessa à qualidade da educação pública que efetiva os direitos e valoriza os profissionais.

## Privatização do Atendimento Educacional Especializado e contratos com as OSCs

Mais do que contratar a mão de obra de apoios ao educando, as OSCs terão a responsabilidade de cumprir tarefas docentes, elaborar, planejar e monitorar o trabalho realizado com as crianças deficientes, tarefas que devem ser cumpridas, de acordo com a legislação federal, complementada pela Lei Orgânica do Município, por professores concursados com a função de AEE. A Prefeitura irá manter os AEEs a serviço das OSCs. A propaganda para ganhar a opinião pública e institucional é que as OSCs teriam expertise e prestariam serviço de mais relevância que a MGS. Ocorre que as OSCs conveniadas, em sua maioria não tem nenhum conhecimento específico ou qualificado para a educação especial, são creches conveniadas e muitas delas confessionais. Em alguns casos a formação prévia dos apoios está sendo realizada dentro de organizações religiosas e com palestras de líderes religiosos sendo ministradas. Fizemos uma denúncia e solicitação de apuração ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Ministério Público e estamos no aguardo dos trâmites e respostas desses órgãos.

## Educação Infantil

O projeto de mudança curricular, com alteração do funcionamento do integral mudando para turno e contraturno, colocando oficineiro ou estagiários de pedagogia está em curso, com reuniões sendo realizadas, redirecionando a verba das escolas para este objetivo. Esse é o primeiro passo para

terceirizar o integral. Na Educação Infantil, essa pode ser uma explicação para a lentidão na nomeação de concursados, pois não temos dúvidas que o plano da SMED é substituir os professores por monitores ou estagiários.

## Questões econômicas

Reajuste de 2026 e acordo de 2025.

No dia 15/04 a secretaria de educação enviou por e-mail aos professores dois itens do acordo de 2025.

6. *Garantia de correção inflacionária em 2026, considerando o período de maio de 2025 a abril de 2026, respeitando a data-base do funcionalismo municipal, que é 1º de maio.*

7. *Recomposição das perdas inflacionárias acumuladas entre 2017 e 2022, índice de 2,40% medido pelo INPC. O índice será inserido na folha de pagamento de competência de fevereiro/26 creditada no início do mês de março/26 acrescido da diferença relativa a janeiro de 2026.*

Após a assembleia o prefeito fez declarações na imprensa repetindo que para este ano a única negociação econômica será a inflação de maio de 2025 a abril de 2026, o que deve ser algo em torno de 3,5%.

A lei aprovada no ano passado garante o mínimo da inflação, não restringe a inflação. Além disso o acordo tem uma cláusula no final que diz que:

“Os representantes do Sind-REDE comprometem-se a não realizar nenhum movimento de paralisação e greve em **razão da negociação salarial de 2025**, mediante o cumprimento do acordado.”

Importante lembrar alguns números:

- Nossas perdas inflacionárias de 1996 até hoje: aproximadamente 34%;
- Reajuste necessário para o nível 8 ter o valor cheio do piso 70,35%;
- Valor necessário para que o primeiro nível da carreira para profissionais com curso superior tenha o mesmo percentual de ganho em relação ao ingresso com magistério (nível médio) no momento da aprovação da lei do piso. 117.41%;

Por isso reivindicamos:

- Pagamento integral do valor do Piso no primeiro nível da carreira - **5,4% + 15% retroativos à janeiro já** e reajuste do Piso + 15% a cada ano até atingir o valor do piso!

## Recursos Caixas Escolares

De acordo com as direções de escola haverá uma redução nos recursos das caixas escolares em 25% e até 50% dos valores relativos ao plano de trabalho. Isso irá comprometer o funcionamento cotidiano das escolas.

## Ranqueamento das Escolas e ganho por produtividade

Este elemento chega nas escolas, mais uma vez, com vários manuais a serem preenchidos e vários treinamentos para as avaliações externas. Mas a ideia da prefeitura vai além: começou incluindo um ranqueamento ligado ao GDE das direções e a ideia é transformar isso em um abono para os professores de escolas que atingirem as pontuações. O problema é que as escolas localizadas em regiões com maior vulnerabilidade social serão punidas. Além disso, esse tipo de política, comprovadamente, não melhora a qualidade da educação pública, mas responsabiliza os profissionais da educação pela ausência de investimento real nas escolas. Tais políticas têm ser revelado mais como treinamento e falseamento dos resultados para uso eleitoral dos índices. É preciso termos clareza disso e não transformar este elemento em assédio moral aos trabalhadores.

O excesso de avaliações e monitoramentos está diretamente relacionado a esta política.

## Falta de Professores

117 escolas (fundamental e educação infantil) até dia 15/04 à noite preencheram o quadro. Destas, apenas 19 responderam que não há falta de professores. Somando os números das demais tem uma falta de aproximadamente 416 professores incluindo aí as classes vagas.

Continuamos a exigir da prefeitura que apresenta o quadro completo de cargos e classes vagas, independente se tem ou não extensão de jornadas ocupando os mesmos. Pois pode ter um alívio quando os 400 nomeados chegarem, mas se não houver a convocação para totalidade dos cargos vagos e parte das classes vagas. Haverá novo estrangulamento no segundo semestre em função de aposentadorias e licenças médicas.

**Sobre as informações no Portal de Transparência** - No portal existe uma informação

que leva a uma interpretação errada. De que teria 19.000 cargos no total destes 15.688 estariam ocupados e 3.312 estariam vagos. Os números não são exatamente estes, pois o total de cargos é o total autorizado e não o existente realmente nas escolas. E a autorização tem de ser sempre maior para possibilitar expansão. No entanto, ainda assim a situação é grave.

Temos fortes desconfiças que a secretaria está fazendo uma pressão para dois cenários: reduzir o quadro das escolas e não garantir o 1.8 e criar um caos para introduzir a possibilidade de contrato temporário de trabalho. Por isso, não nos interessa majorar os números, mas trabalhar com a realidade.

A ausência de professores nas escolas tem comprometido a aprendizagem dos estudantes e contribuindo, significativamente, para o aumento da indisciplina e da violência no contexto escolar.

A falta de professores tem acarretado sobrecarga de trabalho na equipe das escolas com excesso de substituições na regência por parte de professores que estão nas equipes de coordenação e gestão. Essa sobrecarga extra e por consequência maior desorganização das escolas gera mais adoecimento e mais ausências, uma verdadeira bola de neve.

## Terceirizados

**Caixas escolares** - Terão nova Assembleia no dia 28/04. Houve um avanço nas assinaturas dos acordos coletivos, mas ainda é impreciso todas as informações. O reajuste já foi pago em todas as escolas.

**Cantineiras e Porteiros** - Já ocorreu a migração para uma empresa temporária Artebrilho. Vários problemas - pagamento de salário, falta de vale alimentação, vale transporte, etc. Já fomos à empresa, fizemos denúncia aos órgão de fiscalização, fomos à SMED. Embora tenha tido um pequeno avanço nas contratações, a desorganização se mantém.

**Apoio ao Educando** - Começou a formação pelas OSCs mas por enquanto continuam na MGS, sem assinatura de acordo coletivo e sem nenhum reajuste até o momento. O contrato com a MGS termina em junho, quando devem migrar para as OSCs e aí há a promessa de recomposição salarial, **Faxina** - Continuam na MGS, tiveram reajuste de 7% e redução da jornada, mas sem assinatura de acordo coletivo. O contrato termina em junho.

**Artifice e mecanografia** - Sem assinatura de acordo coletivo. Portanto, sem os ganhos prometidos.

## Mau uso dos recursos públicos destinados à educação

Até o momento não existe clareza do que foi feito com os contratos realizados por Bruno Barral, a informação foi que a procuradoria estava avaliando, mas muitos foram mantidos. Mas, o mais grave é que novos contratos continuam sendo realizados e há uma ampliação de contratos com OSCS em detrimento de abertura de novas vagas na rede própria. Contratos com fundações privadas também continuam sendo feitos, à revelia das necessidades reais das escolas. Ao mesmo tempo que há uma redução drástica dos recursos para a manutenção cotidiana das escolas, sem justificativa.

## Outros informes

**7ª progressão** - De acordo com a lei a prefeitura tem até maio para executar as vagas e oferta do curso do Cape para a 7ª progressão. Caso não o faça, a 7ª progressão se dará pelos mesmos critérios das 6 primeiras, desde que os cursos tenham sido realizados em no máximo dois anos anteriores à não oferta do cape.

### Proposta de Formação apresentada pela SMED

- O que chegou ao sindicato foi o mesmo documento entregue às escolas. Não temos informação do local ou como será a organização. Apenas que uma vez por mês no dia de ACPATE deveremos participar de uma formação centralizada. Apesar de não haver ilegalidade nesta convocatória, a mesma compromete a qualidade das reuniões pedagógicas nas escolas e o próprio tempo de planejamento, uma vez que, não temos, de fato, as 7 horas. A categoria precisa discutir e se posicionar sobre o tema. Reivindicamos formação, mas com certeza é preciso que haja debate sobre conteúdo e forma.

## CPI da Educação

Até agora 5 vereadores assinaram - Iza Lourenço; Pedro Patrus, Juhlia Santos, Bruno Pedralva e Luiza Dulci. São necessárias 14 assinaturas no total de 41 vereadores. É parte da nossa tarefa fazer pressão sobre os vereadores para assinarem o requerimento para instaurar a CPI.

## Propostas de ações e campanhas

Votação das propostas de calendário apresentadas no início do Boletim.

Demonstração da incapacidade desta gestão Damião e da secretária de educação, Natalia Araujo, de gerir a pasta, tanto pelas escolhas políticas e pedagógicas como pela incapacidade de gerenciar questões básicas, como garantir profissionais nas escolas. Por isso aprovamos campanha pela saída da secretária diante da ausência de respostas

1. Intensificar as denúncias demonstrando a incapacidade desta gestão via imprensa, denuncia aos órgãos de controle e às comunidades escolares.
2. Ampliar as manifestações em aparições públicas do prefeito e da secretária de educação (A exemplo do que foi feito no dia 09/04 em Itapecerica durante uma palestra da secretária).
3. Intensificar as panfletagens e passagens de carro de som nas comunidades.
4. Intensificar a campanha pela CPI da educação

## A Saída é a Luta

**Mais uma vez está claro a impossibilidade de enfrentarmos o desmonte da educação pública sem uma luta forte e unificada.** Em 2025 fizemos uma greve histórica com conquistas importantes, mas algumas delas estão correndo graves riscos.

As principais conquistas foram o resgate parcial de elementos de nossa carreira, ampliação do quadro de professores de 1,5 para 1,8, ampliação do tempo de reunião pedagógica para 8h mensais. Os 2,4% a mais de reajuste e o aumento no vale refeição também foram importantes, mas com um peso estrutural e de organização do nosso trabalho menor.

No entanto Álvaro Damião e Natália Araújo se mostram cada vez mais intransigentes e dispostos a desviar os recursos da educação. Parte do que conquistamos pode ser perdido e, mais do que isso, há um avanço em relação a privatização e terceirização da educação que pode ameaçar nossos direitos e a qualidade do atendimento pedagógico.